

9º SIMULADO

# TJRJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA  
PÓS-EDITAL



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## 9º Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-03-05>**

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

**PORTUGUÊS****Felipe Luccas****Sebo**

O homem disse o próprio nome e ficou me olhando atentamente. Como alguém que tivesse atirado uma moeda num poço e esperasse o "plim" no fundo. Repeti o nome algumas vezes e finalmente me lembrei. Plim. Mas claro.

- Comprei um livro seu não faz muito.

Ele sorriu, mas apenas com a boca. Perguntou se podia entrar. Pedi para ele esperar até que eu desengatasse as sete trancas da porta.

- Você compreende - expliquei -, com essa onda de assassinatos...

Ele compreendia. Estranhos assassinatos. Todas as vítimas eram intelectuais. Ou pelo menos tinham livros em casa. Dezesesseis vítimas até então. Se soubesse que seria a décima sétima eu não teria me apressado tanto com as correntes.

- Você leu meu livro? - ele perguntou.

- Li!

Essa terrível necessidade de não magoar os outros. Principalmente os autores novos.

- Não leu - disse ele.

- Li. Li!

Essa obscena compulsão de ser amado.

- Leu todo?

- Todo.

Ele ainda me olhava, desconfiado. Elaborei:

- Aliás, peguei e não larguei mais até chegar ao fim.

Ele ficou em silêncio. Elaborei mais:

- Depois li de novo.

Ele nada. Exclamei:

- Uma beleza!

- Onde é que ele está?

Meu Deus, ele queria a prova. Fiz um gesto vago na direção da estante. Felizmente, nunca botei um livro fora na minha vida. Ainda tenho (ainda tinha) o meu Livro do bebê. Com a impressão do meu pé recém-nascido, pobre de mim. Venero livros. Tenho pilhas e pilhas de livros. Gosto do cheiro de livros novos e antigos. Passo dias dentro de livrarias. Gosto de manusear livros, de sentir a textura do papel com os dedos, de sentir seu volume na mão. Me ocupo tanto de livros e quase não me sobra tempo para a leitura.

Ele encontrou seu livro. Nós dois suspiramos, aliviados. Como é fácil fazer a alegria dos outros, pensei. Com uma pequena mentira eu talvez tivesse dado o empurrão definitivo numa vocação literária que, de outra forma, se frustraria. Num transbordamento de caridade, declarei:

- Que livro! Puxa!

Mas ele não me ouviu. Apertava o livro entre as mãos. Disse:

- O último. Finalmente.

- O quê?

Ele começou a avançar na minha direção. Contou que a tiragem do livro tinha sido pequena. Quinhentos exemplares. Sua mãe comprara 30 e morrera antes de distribuir aos parentes. Ele tinha ficado com 453. Dezesete cópias tinham acabado num sebo que, através dos anos, vendera todos. Ele seguira a pista de 16 dos 17 compradores e os estrangulara. Faltava o décimo sétimo.

- Por quê? - gritei. E acrescentei, anacronicamente: - Homem de Deus?

No livro tinha um cacófato horrível. Ele não podia suportar a ideia de descobrirem seu cacófato.

- Eu não notei! Eu não notei! - protestei.

Não adiantou. Ninguém que tivesse lido o livro podia continuar vivo. Ele queria deixar o mundo tão inédito quanto nascera.

- Mas essas coisas não têm import... - comecei a dizer.

Mas ele me pegou e me estrangulou.

Bem feito! Para eu aprender a não ser bem-educado. Meu consolo é que depois ele descobriria que as páginas do livro não tinham sido abertas e o remorso envenenaria suas noites.

Enfim. É o que dá frequentar sebos.

Luís Fernando Veríssimo

**01.** Considerando os sentidos e as estruturas do texto I, assinale a alternativa correta.

- a) o narrador foi abordado, em um sebo, por um escritor assassino.
- b) o escritor pretendia matar todos que não gostaram de seu livro.
- c) a mãe do escritor assassino vendeu 30 cópias a um sebo.
- d) o narrador é um leitor compulsivo, o que causou sua morte.
- e) o assassino sentiu arrependimento, pois a vítima não lera o livro.

- 02.** O vocábulo “cacófato” (29º parágrafo) se refere a
- a) um erro grave de ortografia, imperdoável para um escritor
  - b) som desagradável na união de sílabas ou palavras
  - c) pronúncia incorreta de determinada expressão
  - d) confusão sintática entre estruturas semelhantes
  - e) exemplo de linguagem vulgar e incorreta

**03.** Infere-se do texto que

- a) o escritor assassino tinha a expectativa de não ser reconhecido.
- b) o narrador mentiu por vergonha de não ter lido o livro.
- c) o assassino estrangulou o narrador ao descobrir que este mentia.
- d) a narrativa dos eventos é póstuma e dela o narrador subtrai uma moral.
- e) o narrador bajula o escritor visitante para evitar ser assassinado.

**04.** Os travessões foram empregados no texto para

- a) marcar falas literais do narrador
- b) isolar termo acessórios explicativos
- c) separar adendos enfáticos
- d) indicar supressão de trechos
- e) marcar a mudança de interlocutor

**05.** No segmento “Sua mãe comprara 30 e morrera antes de distribuir aos parentes” (27º parágrafo), as formas verbais “comprara” e “morrera” denotam

- a) a conclusão de um processo indefinido no passado
- b) a anterioridade de uma ação em relação a outra
- c) a habitualidade de um evento no passado
- d) a eventualidade de uma hipótese
- e) a dependência de uma condição pretérita

**06.** Transpondo-se a frase “Perguntou se podia entrar” (3º parágrafo) para o discurso direto, a forma que que manteria a correção gramatical e os sentidos do texto seria:

- a) — Podia entrar? perguntou o homem.
- b) — Poderia entrar? — perguntou o homem.
- c) O homem perguntou: “poderia entrar?”
- d) O homem perguntou se “poderia entrar?”
- e) — Posso entrar? — perguntou o homem.

**07.** No trecho “Meu Deus, ele queria a prova [...] seu volume na mão.” (21º parágrafo), pronome “seu” refere-se a

- a) papel
- b) dedos
- c) textura
- d) livros
- e) livrarias

**08.** A correção gramatical e o sentido original do texto I seriam preservados caso

I- a partícula “me”, em “Repeti o nome algumas vezes e finalmente me lembrei” (1º parágrafo) fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “lembrei”.

II- a partícula “se”, empregada no segmento “vocação literária que, de outra forma, se frustraria” (22º parágrafo), fosse empregada em posição enclítica.

III- a partícula “me”, em “Me ocupo tanto de livros e quase não me sobra tempo para a leitura” (21º parágrafo) fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “ocupo” — ocupo-me.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

09. Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto I, poderia ser suprimida a vírgula no segmento

- a) Ele sorriu, mas apenas com a boca (3º parágrafo)
- b) Aliás, peguei e não larguei mais até chegar ao fim (15º parágrafo)
- c) Meu Deus, ele queria a prova (21º parágrafo)
- d) Num transbordamento de caridade, declarei (22º parágrafo)
- e) Felizmente, nunca botei um livro fora na minha vida. (21º parágrafo)

10. No segmento “Perguntou se podia entrar” (3º parágrafo), o vocábulo “se”

- a) poderia ser suprimido, sem alteração dos sentidos do texto.
- b) encontra-se em próclise em início de oração.
- c) indetermina o sujeito da forma verbal “perguntou”.
- d) retoma a palavra “Homem”.
- e) introduz um complemento.

#### LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Sobre o Conselho da Magistratura, segundo a LODERJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Conselho da Magistratura terá o Órgão Especial do Tribunal de Justiça como revisor de suas decisões em procedimentos originários, e seus atos internos serão regulados por regimento próprio.
- b) Compete ao Conselho da Magistratura, dentre outras competências previstas em regimento próprio, entre outros, dispor sobre a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de serventuário e para delegação de serviço notarial e de registro.
- c) Integram o Conselho da Magistratura o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os Vice-Presidentes e 07 Desembargadores que não façam parte do Órgão Especial.

d) Os Desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura permanecerão no desempenho da função judicante, e, ainda quando afastados do respectivo exercício, poderão exercer as funções do Conselho.

e) Compete ao Conselho da Magistratura, dentre outras competências previstas em regimento próprio dispor, de ofício ou por encaminhamento da Presidência, sobre questões inerentes ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, excetuadas as matérias reservadas expressamente ao Órgão Especial.

12. Em relação às Seções Especializadas e Câmaras, a LODERJ dispõe que:

- a) O Tribunal de Justiça, por resolução do Tribunal Pleno, poderá criar, transformar ou extinguir Seções especializadas, definindo suas respectivas competências.
- b) O Tribunal de Justiça terá, no mínimo, 25 Câmaras com a principal atribuição de julgar os recursos interpostos contra as decisões dos órgãos julgadores de primeiro grau.
- c) Cada Câmara terá, no mínimo, 02 desembargadores.
- d) Os desembargadores que exercerem as funções de Gestor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça e de Presidente da Mútua dos Magistrados terão reduzida em 1/5 a distribuição de feitos nos respectivos órgãos julgadores.
- e) O desembargador Diretor-Geral da EMERJ e o magistrado Presidente da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro poderão requerer afastamento, no todo, apenas, de suas funções jurisdicionais pelo período do mandato.

13. Com base na Lei n.º 4.620/2005, acerca da remuneração, é incorreto afirmar que:

- a) Às carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro corresponderão as classes estabelecidas na tabela, designadas como A, B e C, divididas em padrões, sendo A a inicial e C a final.
- b) Os serventuários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro perceberão os valores constantes na lei, integrando sua remuneração, além do vencimento: Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ, correspondente a cem por cento sobre o valor do vencimento do cargo, observada dedicação exclusiva que cumpra carga mínima de oito horas diárias e quarenta horas semanais de trabalho; Adicional de Padrão Judiciário – APJ, correspondente a cem por cento sobre o valor do vencimento do cargo.
- c) O adicional por tempo de serviço é limitado a 60% do vencimento e das demais parcelas remuneratórias mencionadas neste artigo, sendo computado, para fins de sua concessão, o período exercido pelo servidor em cargo e emprego público da Administração Direta e Indireta federal, estaduais e municipais
- d) Ao serventuário, que desempenhar função de Chefe de Serventia de Primeira Instância será atribuída gratificação CAI-6, a que fará jus enquanto permanecer no efetivo desempenho da função, ressalvadas as situações constituídas sob a égide da Lei nº 2400 de 17 de maio de 1995.
- e) Sobre o vencimento e as demais parcelas remuneratórias mencionadas neste artigo, incidirá o adicional por tempo de serviço, a que fará jus o servidor a cada 02 anos de efetivo exercício no serviço público, correspondente a 10%, à exceção do primeiro triênio, que corresponde a 15% de acréscimo.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

**Herbert Almeida**

14. Maria é servidora do estado do Rio de Janeiro e está grávida, perto da data do parto. A respeito do que prevê o Decreto 2.479/1979 acerca da licença à gestante, assinale a opção correta:
- a) a licença será concedida pelo prazo de cinco meses.
  - b) em regra, a licença será concedida a partir do nono mês de gestação, salvo prescrição médica em contrário.
  - c) o período de gozo da licença será considerado como de efetivo exercício.
  - d) a licença será concedida com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.
  - e) o prazo da licença já contempla o período de aleitamento materno, motivo pelo qual não se admite a prorrogação do prazo para esse fim.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

**Tiago Zanolla**

15. Considere

- I – Processar e julga o Vice-Governador e os Deputados Estaduais, nos crimes comuns.
- II – Processar e julgar os Secretários de Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, estes quando não conexos com os do Governador.
- III – Processar e julgar os Juízes Estaduais e os membros do Ministério Público, os Procuradores-Gerais do Estado, da Assembleia Legislativa e da Defensoria Pública, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

De acordo como Regimento Interno do TJ-RJ, compete ao Tribunal Pleno julgar e processar originariamente

- a) Apenas I
- b) Apenas II
- c) Apenas II e III
- d) Itens I, II e III
- e) Nenhuma das Alternativas

16. Acerca da lista de antiguidade de Magistrados, assinale a opção correta de acordo com o Regimento Interno do TJ-RJ.

- a) Cabe ao Órgão Especial organizar a lista.
- b) A lista é organizada a cada dois anos.
- c) Cabe ao Órgão Especial julgar eventual recurso.
- d) A lista é organizada pela Divisão da Magistratura.
- e) Cabe ao Tribunal Pleno julgar eventual recurso face a reclamação da lista.

17. Segundo o Regimento Interno, não cabe ao Órgão Especial processar e julgar nos crimes comuns

- a) Vice-Governador.
- b) Governador.
- c) Juízes Estaduais.
- d) Procuradores-Gerais do Estado.
- e) Membros da Defensoria Pública.

18. Segundo o Regimento Interno, é competente para julgar e processar originariamente eventual processo de habeas corpus quando o coator for o Governador do Estado

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Câmaras de Direitos Criminal
- d) Conselho da Magistratura
- e) Grupo de Câmaras Criminais

### **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Ricardo Torques**

19. A Lei nº 13.146/2015 define que o poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas. Com base no disposto no Estatuto, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa com deficiência tem direito que sejam instaladas seções eleitorais exclusivas para o seu livre exercício de voto.

b) Em todos os casos, a pessoa com deficiência deve fazer uso de novas tecnologias assistivas para desempenhar suas funções públicas.

c) O Estatuto da Pessoa com Deficiência é silente quanto aos pronunciamentos oficiais e propaganda eleitoral obrigatória, de forma que tais matérias devem ser disciplinadas exclusivamente pela legislação eleitoral.

d) A pessoa com deficiência tem garantido o livre exercício do direito ao voto e, sempre que necessário e a seu pedido, poderá ser auxiliada na votação por pessoa de sua escolha.

e) A pessoa com deficiência tem garantido o livre exercício do direito ao voto e, independentemente de qualquer formalidade, poderá ser auxiliada na votação por pessoa de sua escolha.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**Paulo Guimarães**

20. Acerca de ética, princípios e valores no serviço público, analise as afirmativas abaixo.

- I. A moral é o estudo de comportamentos éticos de uma sociedade.
- II. O valor é propriedade intrínseca de um objeto ou comportamento.
- III. Os princípios são objetos de escolha moral, a qual torna algo preferível ou estimável.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Todas estão incorretas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Antônio Daud

**21.** Os tipos de licitação "melhor técnica" e "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para:

- a) obras.
- b) serviços comuns.
- c) compras.
- d) serviços de natureza predominantemente intelectual.
- e) concessão de direito real de uso.

**22.** Assinale a alternativa que aponta hipótese autorizadora da rescisão unilateral do contrato administrativo, nos termos previstos na Lei 8.666/1993:

- a) adoção de modalidade licitatória indevida.
- b) lentidão do cumprimento do contrato, admitindo-se a rescisão unilateral verbal.
- c) cumprimento regular de cláusulas contratuais.
- d) não cumprimento de prazos contratuais.
- e) paralisação da obra, com justa causa previamente comunicação à Administração.

**23.** No que diz respeito ao poder de polícia e suas etapas (ciclo de polícia), assinale a alternativa correta:

- a) a fase da legislação diz respeito à expedição de decretos pelo chefe do Poder Executivo para permitir a fiel execução das leis.
- b) os atos de consentimento estarão sempre presentes no ciclo de polícia, materializando-se na expedição de licenças e autorizações em favor dos particulares.
- c) fiscalização consiste na verificação do cumprimento das ordens de polícia, a exemplo do que ocorre em uma blitz de trânsito.
- d) a etapa de sanção diz respeito à apuração de infrações e aplicação de penalidades àqueles sujeitos à disciplina interna da Administração.
- e) na fase de ordem, a administração pública distribui e escalona funções entre seus órgãos e estabelece a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro.

**24.** Abaixo são listadas situações em que a atuação de agentes públicos provocou danos a particulares:

- I. Erro judiciário.
- II. Preso além do tempo fixado na sentença.
- III. Ação estatal amparada em excludente de ilicitude penal.
- IV. Ação desprovida de dolo e culpa do agente público.

Assinale a alternativa que apresenta todas as hipóteses em que haverá responsabilidade estatal.

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

**25.** No que se refere ao local, prazo e tempo dos atos de um processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) os atos do processo devem se iniciar e serem concluídos exclusivamente em dias úteis e no horário de funcionamento da repartição na qual tramitar.
- b) não havendo regra específica, os atos do processo devem ser praticados no prazo de trinta dias, salvo justo motivo.
- c) os atos do processo somente podem ser praticados na sede da repartição pública.
- d) os atos do processo podem ser realizados em qualquer local, de acordo com a conveniência do poder público, não havendo qualquer direito conferido ao administrado de ser cientificado a respeito do local da prática dos atos processuais.
- e) Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

26. No que se refere ao cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública, assinale a alternativa correta:

- a) seu ocupante é considerado agente administrativo.
- b) enseja a aquisição de estabilidade pelo seu ocupante após o decurso do prazo de 3 anos de efetivo exercício.
- c) poderia ser ocupado por parente em linha reta de primeiro grau do Presidente da República, caso a nomeação seja decorrente de critérios técnicos e não unicamente em virtude do parentesco.
- d) sua nomeação depende da aprovação pelo Senado Federal, consistindo em ato de natureza complexa.
- e) não deve obediência ao teto remuneratório, em razão de atuar em função essencial à justiça.

27. Suponha que determinado município realizou fiscalização em dez estabelecimentos de comércio de alimentos, selecionados de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, a partir da qual cinco estabelecimentos perderam seu alvará sanitário, em virtude da identificação de diversas desconformidades com requisitos estabelecidos no código sanitário aplicável, a exemplo do armazenamento de produtos perecíveis com validade vencida.

Nesta situação, é correto afirmar que os respectivos alvarás sanitários sofreram:

- a) anulação.
- b) revogação.
- c) cassação.
- d) caducidade.
- e) convalidação.

28. À luz das regras constantes da Lei 8.666/1993, assinale a alternativa que apresenta corretamente hipótese de licitação dispensável:

- a) dação em pagamento de bens imóveis.
- b) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa.
- c) contratação de artista consagrado.
- d) não acudirem interessados à licitação anterior e a realização da contratação direta seja prescindível para evitar prejuízo para a Administração.

- e) locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. Josinar, jovem e promissor empresário, compareceu ao cartório civil para registrar seu primeiro filho, que acabara de nascer. Ao chegar lá, no entanto, é informado pelo escrivão de que seria necessário pagar a taxa para a obtenção da certidão correspondente. Indignado, Josinar exige que o documento lhe seja fornecido gratuitamente, conforme dispositivo contido na lei de Registros Públicos. De acordo com as regras estabelecidas pela CF/88, aliado ao entendimento firmado pelo STF, pode-se afirmar que:

- a) A CF/88 não proíbe que a certidão de nascimento seja fornecida gratuitamente a qualquer pessoa, independentemente de sua condição econômica.
- b) Josinar poderá exigir o fornecimento gratuito da mencionada certidão por meio da impetração de mandado de segurança, cuja gratuidade também é garantida pela atual Constituição.
- c) O dispositivo legal prevendo a gratuidade da certidão de nascimento a pessoas não reconhecidamente pobres deverá ser declarado inconstitucional.
- d) Josinar poderá utilizar-se do habeas data, ação constitucional gratuita, para exigir o fornecimento da certidão requerida.
- e) Josinar deverá ser assistido por defensor público em eventual ação visando garantir seu direito à gratuidade pleiteada.

**30.** Assinale a alternativa correta a respeito do direito de greve:

- a) As normas que garantem o direito de greve aos servidores públicos e aos trabalhadores em geral são de eficácia contida.
- b) A administração pública poderá, sempre que houver suspensão do vínculo funcional, proceder ao desconto na remuneração dos dias em que houve paralisação.
- c) A Constituição determina que seja aplicada aos servidores públicos a lei da iniciativa privada que disciplina o direito de greve.
- d) A Constituição proíbe, expressamente, o exercício do direito de greve pelos militares.
- e) A Constituição proíbe, expressamente, o exercício do direito de greve pelos policiais civis.

**31.** Lucimar, Procurador-Geral da República, cometeu, em conjunto com o Presidente da República, crime de responsabilidade. Gino, Advogado-Geral da União, e Cleiton, ministro do Tribunal de Contas da União, também cometeram crime de responsabilidade, mas de forma autônoma. Pode-se afirmar que, à luz das disposições constitucionais relacionadas ao tema, o julgamento das referidas autoridades deverá ocorrer:

- a) Perante o Senado Federal, nas três situações.
- b) No Senado Federal, em relação a Lucimar e Gino, e no STF, no caso de Cleiton.
- c) Perante o Supremo Tribunal Federal, nas três situações.
- d) No Superior Tribunal de Justiça, em relação ao crime cometido por Cleiton, apenas.
- e) Perante o Senado Federal, apenas no caso de Lucimar.

**32.** Dorival é empregado doméstico, mas ficou extremamente desiludido ao ser informado, por seu empregador, de que não teria direito ao pagamento do FGTS, bem como à licença-paternidade. Decidiu, então, prestar concurso para se tornar servidor público, acreditando que, nessas condições, poderia usufruir de um maior número de direitos. Pode-se afirmar, com base no que estabelece nossa Constituição, que:

- a) Dorival tomou a decisão certa, já que tais direitos, embora inaplicáveis aos domésticos, estendem-se aos servidores públicos.
- b) Dorival está equivocado, já que, como servidor público, não poderá gozar dos direitos mencionados.
- c) Dorival deveria saber que, atualmente, tanto os domésticos quanto os servidores dispõem dos mesmos direitos originalmente atribuídos aos trabalhadores em geral.
- d) Ao contrário do que afirmou o empregador de Dorival, o direito ao FGTS é garantido aos empregados domésticos, embora não se estenda aos servidores.
- e) Tanto na condição de doméstico quanto na de servidor, Dorival, embora não disponha de licença-paternidade, terá direito, em substituição, à assistência aos filhos de até 5 anos de idade em creches.

**33.** Acerca dos diversos princípios emanados, implícita ou explicitamente, da Constituição Federal, aponte a alternativa verdadeira:

- a) O princípio da legalidade exige, para sua plena aplicação, que o comando a ser obedecido esteja contido em lei em sentido estrito.
- b) As leis penais, em determinadas situações, podem modificar, no presente, consequências de atos pretéritos.
- c) Os direitos sociais estão expressamente protegidos pelas cláusulas pétreas e pela proibição ao retrocesso.
- d) O princípio da individualização da pena impede que a obrigação de reparar o dano seja estendida aos sucessores do condenado.
- e) O princípio da dignidade humana proíbe, em qualquer situação, a pena de morte e a prisão perpétua.

**34.** O Conselho Nacional de Justiça, ao tomar conhecimento de ação proposta perante o STF visando anular acórdão proferido em determinado processo administrativo disciplinar, decide acionar a Procuradoria do órgão, a fim de obter orientação jurídica e apresentar sua defesa. O Advogado-Geral da União decide, então, contestar a iniciativa do Conselho, alegando ter havido usurpação de competência atribuída pela CF/88 à AGU. Com base em seus conhecimentos acerca das funções essenciais à justiça, aponte a afirmação verdadeira:

- a) Embora a Constituição tenha conferido as funções de consultoria jurídica e de representação judicial da União à AGU, nada impede que cada Poder institua órgãos destinados às mesmas atribuições, no âmbito de sua estrutura interna.
- b) A representação judicial do CNJ, assim como a dos demais órgãos da administração direta da União, deve ser feita, direta ou indiretamente, pela Advocacia-Geral da União, por expressa previsão constitucional.
- c) A representação do CNJ, judicial ou extrajudicial, deve ser feita pelo Procurador-Geral da República, daí a inconstitucionalidade da iniciativa do Conselho.
- d) As atribuições de assessoramento jurídico e representação judicial, conferidas pela CF/88 à AGU, em homenagem à separação dos poderes, devem ficar restritas ao Poder Executivo, não alcançando os órgãos do Poder Judiciário.
- e) Apenas a função de assessoramento jurídico deve ser desempenhada com exclusividade pela AGU, dispondo o CNJ de liberdade para instituir órgão encarregado de promover sua defesa em âmbito judicial.

**35.** Suponha que a União Federal tenha editado Lei Complementar autorizando o Estado do Rio de Janeiro a explorar os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens em seu território. De acordo com a Constituição da República, é possível dizer que:

- a) Não havia sequer a necessidade de autorização da União para que o Estado pudesse promover a exploração mencionada, desde que obedecida a normatização federal.
- b) O Estado poderá tratar do tema, desde que se restrinja a questões específicas e pertinentes ao contexto local.

c) A atribuição mencionada é indelegável, não podendo ser outorgada a qualquer Estado, ainda que por meio de lei.

d) Trata-se de matéria afeta à competência concorrente que, em consonância com o modelo vertical de repartição, permite que os Estados disciplinem livremente o tema e explorem o serviço.

e) Trata-se de atribuição exclusiva dos Estados e do Distrito Federal, conferida de forma expressa pela Constituição Federal, sendo a interferência da União claramente indevida.

**36.** Foi aprovada lei municipal, disciplinando as hipóteses de contratação de servidores temporários na Administração pública. A lei prevê que tais servidores, submetidos ao Regime Próprio de Previdência Social, passariam a desempenhar funções ordinárias e regulares nos órgãos e entidades correspondentes. De acordo com a CF/88, e considerando o posicionamento jurisprudencial sobre o assunto, pode-se concluir que:

- a) A lei municipal fere a Constituição, ao estabelecer regime previdenciário diverso daquele previsto na Carta Maior, além de desrespeitar o requisito de excepcionalidade na contratação de servidores temporários.
- b) A lei é inconstitucional, já que cabe à União estabelecer o regime jurídico dos servidores de todos os entes da Federação Brasileira.
- c) A lei deverá ser considerada válida, desde que tais servidores sejam selecionados por meio de concurso público.
- d) A lei não apresenta qualquer afronta ao texto constitucional, já que o município possui plena autonomia para disciplinar a forma de contratação de seus servidores, desde que respeitados os princípios basilares da Administração Pública.
- e) Em nome do princípio da isonomia, o município não poderia ter estabelecido regime jurídico diverso daquele aplicável aos demais servidores do ente.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Ricardo Torques**

**37.** A Lei do Mandado de Segurança, Lei nº 12.016/2009, estabelece que conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. Sobre o referido remédio constitucional, pode-se afirmar que:

- a) Quando o mandado de segurança for de competência originária dos tribunais, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal, conforme estabelecido no regimento interno, a instrução do processo.
- b) É possível a defesa oral em mandado de segurança na sessão de julgamento do mérito ou do pedido liminar.
- c) Quando o mandado de segurança for de competência originária dos tribunais, não haverá defesa oral visando a celeridade do referido remédio constitucional.
- d) Em nenhuma hipótese o acórdão poderá ser substituído por notas taquigráficas.
- e) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie novamente os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

**38.** Com base na Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009), assinale a alternativa correta:

- a) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus*.
- b) O prazo para a conclusão dos autos do mandado de segurança não poderá exceder de 10 (dez) dias.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma

dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, desde que comprove autorização especial para tal ato.

- d) O prazo para a conclusão dos autos do mandado de segurança não poderá exceder de 15 (quinze) dias.
- e) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 6 (seis) meses, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

**39.** A Lei da Ação Popular (Lei nº 4.717/65) estabelece as hipóteses em que serão nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades relacionadas. Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese que não acarretará a nulidade:

- a) Nos casos de incompetência, sendo esta caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- b) Quando verificado o vício de forma, ou seja, a omissão ou inobservância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- c) Na ocorrência de ilegalidade do objeto, compreendido quando o resultado do ato importa em violação da lei, regulamento ou outro ato normativo.
- d) Quando os motivos forem inexistentes, seja pela inexistência material dos fatos ou do direito, seja pela inadequação jurídica.
- e) Na ocorrência de desvio de finalidade, caracterizado quando o agente pratica o ato visando a fim diverso do previsto, desde que expresso na regra de competência.

**40.** O Código de Processo Civil estabelece que a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial. Assim, é correto que:

- a) Registro e distribuição são expressões sinônimas utilizadas pelo Código.
- b) Caso uma das partes mude o local de seu domicílio, haverá modificação da competência.
- c) A competência será modificada em caso de supressão de órgão judiciário.
- d) A alteração da competência absoluta não gera a sua modificação, de maneira que esta será prorrogada.
- e) As mudanças de fato e de direito posteriores à propositura da demanda são relevantes para fins de determinação da competência.

**41.** Sobre as causas de modificação da competência apresentadas pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo conexão, os autos conexos sempre serão reunidos para decisão conjunta.
- b) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.
- c) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas conforme a ordem cronológica de conclusão.
- d) A competência determinada em razão da função é derogável por convenção das partes.
- e) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

**42.** O Código de Processo Civil estabelece que, em regra, a citação será feita pessoalmente. Porém, existem algumas situações que impedem que ocorra dessa forma. Desse modo, pode-se afirmar que:

- a) A citação poderá ser feita na pessoa do mandatário, administrador, preposto ou gerente, ainda que a ação não se origine de atos praticados por eles.

b) Quando o citando for mentalmente incapaz ou estiver impossibilitado de receber a citação, esta será feita ao seu acompanhante.

c) Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, sendo-lhe vedado recusar-se a receber a citação.

d) A citação por hora marcada, realizada por oficial de justiça, é a única modalidade de citação ficta.

e) Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

**43.** O depoimento pessoal é uma espécie probatória bastante utilizada no processo civil. Sobre o tema, pode-se afirmar:

a) O depoimento da parte poderá ser requerido pela parte adversa, mas o juiz não poderá ordená-lo de ofício.

b) A presença da parte à audiência para prestar seu depoimento pessoal é suficiente para que não lhe seja aplicada a pena de confissão.

c) Quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, apreciando as demais circunstâncias e os elementos de prova, declarará, na sentença, se houve recusa de depor.

d) Não há qualquer óbice para que uma parte, que ainda não depôs, assista ao interrogatório da outra parte.

e) No juízo cível, a parte é obrigada a depor sobre qualquer conteúdo que lhe seja questionado.

44. O executado em uma ação de execução de título executivo extrajudicial pode defender-se por meio da oposição de embargos. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os embargos à execução só são admitidos após a garantia do juízo.
- b) Os embargos deverão ser autuados e processados em autos apartados.
- c) O executado poderá alegar a inexecuibilidade do título, mas não poderá tratar da penhora incorreta ou avaliação errônea.
- d) O excesso de execução ocorre apenas quando o exequente pleiteia quantia superior à do título.
- e) Quando alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à do título, o embargante declarará na petição inicial o valor que entende correto, cabendo à contadoria judicial apresentar o demonstrativo atualizado do cálculo.

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Priscila Silveira

45. Relativamente aos princípios processuais penais, é correto afirmar que:

- a) o princípio da vedação de provas ilícitas não é absoluto, sendo admissível que uma prova ilícita seja utilizada quando é a única disponível para condenar o acusado.
- b) o princípio do devido processo legal preceitua que ninguém será considerado culpado até a exarcação da sentença condenatória.
- c) o princípio do duplo grau de jurisdição, expressamente previsto na Constituição Federal, assegura a todos os acusados a revisão da sentença condenatória.
- d) a Carta Magna dispõe que: "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", disposição consagrada pelo princípio do juiz natural.
- e) a defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada,

desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.

46. No que diz respeito à aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro ressalvados, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- b) a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- c) a lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) a legislação brasileira segue o princípio da territorialidade para a aplicação das normas processuais penais.
- e) à lei puramente processual penal aplicam-se os princípios da irretroatividade da lei prejudicial ao réu e da retroatividade da lei benéfica.

47. No que diz respeito ao Inquérito Policial, assinale a resposta correta:

- a) o inquérito policial deve ser instaurado através de relatório e encerrado mediante portaria da autoridade policial.
- b) em razão do princípio da oralidade do processo, não há necessidade de serem as peças do inquérito policial reduzidas a escrito ou datilografadas.
- c) no inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- d) poderá ser arquivado pela autoridade policial, desde que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.
- e) como responsável pela instauração do inquérito policial, a Autoridade Policial deve agir em qualquer hipótese, somente por requisição de Membro do Ministério Público de quem é subordinada.

**48.** De acordo com as regras estabelecidas pelo Código de Processo Penal com relação à citação e à intimação, assinale a opção correta:

- a) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado; por carta precatória quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante; e por carta rogatória se estiver no estrangeiro. Em nenhum caso a prescrição será suspensa.
- b) O réu poderá ser citado por hora certa, aplicando-se ao processo penal as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, no caso em que o réu se oculta para não ser citado.
- c) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo mas não o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, respeitado o disposto no art. 312.
- d) O processo não seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo, suspendendo-se o processo e a prescrição até que o réu seja encontrado.
- e) a citação do miliar será feita pessoalmente pelo oficial de Justiça e pelo chefe do respectivo serviço.

**49.** Quanto ao procedimento comum ordinário disciplinado no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) depois de apresentada a resposta à acusação, o Juiz deverá absolver sumariamente o acusado, se verificadas as hipóteses previstas na lei
- b) na instrução deverão ser inquiridas, no mínimo, 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e oito pela defesa.
- c) a resposta à acusação deverá ser apresentada em 15 (quinze) dias.
- d) na instrução deverão ser inquiridas, no mínimo, 5(cinco) testemunhas arroladas pela acusação e oito pela defesa.

e) o ordinário é adotado quando o crime objeto da ação penal tiver sanção máxima cominada superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

**50.** No procedimento comum sumaríssimo, previsto na Lei n.º 9.099/95, da decisão que rejeita a denúncia ou queixa é cabível

- a) apelação, em 10 (dez) dias.
- b) apelação, em 5 (cinco) dias.
- c) recurso em sentido estrito, em 10 (dez) dias.
- d) embargos de declaração, em 5 (cinco) dias
- e) recurso em sentido estrito, em 5 (cinco) dias.

**51.** Assinale a alternativa correta considerando o procedimento de competência do Tribunal do Júri.

- a) O julgamento pelo Tribunal do Júri será adiado pelo não comparecimento do acusado solto que tiver sido regularmente intimado.
- b) É cabível a absolvição sumária no procedimento do júri quando não houver prova suficiente da existência do fato.
- c) estão isentos do serviço do júri os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa.
- d) Nos processos de competência do tribunal do júri, provada nos autos a inexistência do fato, deve o juiz impronunciar o acusado.
- e) comparecendo, pelo menos, 21 (vinte e um) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciado o processo que será submetido a julgamento.

52. No que diz respeito à Sentença, é correto afirmar que:

- a) sentença absolutória imprópria é a que substitui a pena privativa da liberdade por multa.
- b) podem ser consideradas sentenças de mérito para o processo penal as sentenças absolutórias e condenatórias.
- c) O juiz não poderá modificar a classificação dada aos fatos na denúncia, em razão do princípio acusatório.
- d) de acordo com o princípio da correlação, no processo penal, a sentença deve haver relação entre o fato descrito na denúncia e o texto da lei.
- e) a intimação da sentença, se o réu estiver preso, será feita a ele pessoalmente ou ao defensor por ele constituído.

## LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Pedro recém ingressou no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Nos primeiros dias estava bem animado e ansioso com os desafios vindouros.

Em determinado dia estava atendendo no balcão e um advogado o pressionou para o recebimento de determinadas custas para a prática de determinado ato judicial não urgente, pois o expediente bancário já tinha encerrado.

Pedro, sabendo que os atos só podem ser praticados após o devido recolhimento, recebeu a quantia de R\$ 87,00 referente ao ato a ser praticado.

Nesse contexto, segundo a Consolidação Normativa Judicial, Pedro

- a) agiu corretamente
- b) deveria ter antes ter solicitado autorização do Chefe de Serventia.
- c) poderia ter recebido apenas se fossem custas judiciais.
- d) poderia ter recebido apenas se fossem emolumentos.
- e) poderia ter recebido apenas se houvesse expressa determinação legal.

54. Jorge foi designado para atuar na conclusão de Processos. Pedro na expedição de certidão de publicação. Sofia na remessa de processos e correspondências.

Segundo a Consolidação Normativa Judicial, os servidores fazem parte, respectivamente, das seguintes equipes.

- a) Processamento, Digitação e Preparação Administrativa.
- b) Digitação, Preparação administrativa e Processamento.
- c) Digitação, Digitação e preparação administrativa
- d) Processamento, processamento e digitação
- e) Preparação administrativa, processamento e processamento.

55. Acerca do sistema básico de documentação, as varas eletrônicas o adotarão, dispensando a manutenção do

- a) quadro de publicidade.
- b) controle do uso do material permanente e de consumo.
- c) pastas de correspondência recebida.
- d) livro de remessa e de protocolo.
- e) leis e atos normativos em geral.

**56.** Acerca das regras de autuação e escrituração, assinale a opção correta.

- a) Em caso de prioridade de idoso, benefício de gratuidade de Justiça e outros casos decorrentes da especificidade de cada Juízo, será afixada etiqueta identificadora na contracapa dos autos.
- b) Poderão constar na capa dos autos ressalvas e etiquetas identificadoras quanto ao funcionamento do Ministério Público, Defensoria Pública e Curador Especial, deferimento de tutela antecipada ou concessão de medida liminar, bem como outras anotações que se fizerem necessárias ao melhor controle do desenvolvimento do processo.
- c) Na Restauração de Autos será usada capa de cor branca dos autos que estão sendo restaurados.
- d) As folhas dos autos serão numeradas em ordem crescente, sem rasura, abaixo no canto à direita de cada folha, mantendo-se a numeração dos que se originem de outra serventia.
- e) O encerramento e a abertura de novo volume serão efetuados mediante lavratura dos respectivos termos, em folhas numeradas, que retomará a sequência do volume encerrado.

**57.** Considere

- I – houver determinação legal ou judicial nesse sentido;
- II – tratar-se de ações de estado;
- III - o diligenciado for incapaz;
- IV - o diligenciado for pessoa de direito privado;
- V - o autor justificadamente o requerer;

Os atos de comunicação processual serão cumpridos por oficial de justiça avaliador quanto aos atos descritos em

- a) Apenas I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e V
- c) Apenas em III, IV e V
- d) Apenas II, III e IV
- e) I, II, III, IV e V

**58.** Jonas disponibilizou uma informação no Diário da Justiça Eletrônico no dia 17, uma terça-feira. Considerando que o ato concede o prazo de 10 dias para manifestação da parte, até qual dia o requerido tem para se manifestar?

- a) 26
- b) 27
- c) 28
- d) 29
- e) 30

**59.** As unidades responsáveis pelo envio, alteração ou cancelamento dos atos oficiais a serem divulgados e publicados, a fim de que sejam disponibilizadas no mesmo dia no DJERJ, deverão respeitar o horário-limite das

- a) 12 horas
- b) 15 horas
- c) 18 horas
- d) 19 horas
- e) 21 horas

**60.** São tipos de certidão de débito, exceto

- a) devedor intimado
- b) devedor não intimado
- c) devedor falecido
- d) devedor vivo
- e) devedor em local incerto e não sabido

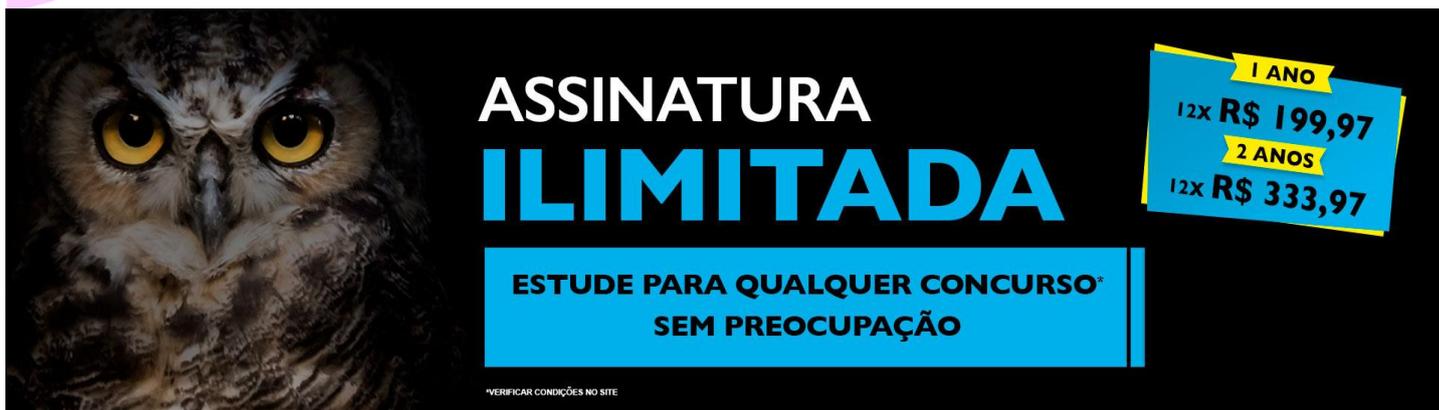
## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-03-05>

### *Não é assinante?*

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*

Concursos



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE